

Donas de casa, de prostituição: sobre as violências decorrentes da criminalização dos contextos destas práticas¹

Letizia Patriarca (USP)

Resumo:

Proponho a discussão acerca da realização da prostituição com foco em donas e suas casas de prostituição. Tal relação é criminalizada perante o Código Penal brasileiro, embora haja a tramitação do PL 4211/2012, conhecido como Gabriela Leite, que visa justamente regulamentar tal relação e os estabelecimentos nos quais se realizam programas. Este entendimento se combina com a atuação de organizações políticas de profissionais do sexo e com o trabalho etnográfico que realizei no mestrado junto a donas de casas de prostituição em um bairro específico no qual funcionam cerca de 200 arranjos diversos de estabelecimentos. A existência deste bairro aponta para a importância de considerar a prática da prostituição a partir de seu contexto de realização. Perpasso também a violência policial que ocorreu no bairro em 2013 e que frequentemente acomete profissionais do sexo, por conta justamente da semi-legalidade da prática.

Palavras-chave:

Antropologia; Prostituição; Cafetinas; Criminalização.

.....

Este trabalho pretende contemplar uma discussão antropológica acerca da criminalização de donas/donos e suas casas de prostituição, sobretudo pela violência decorrente desta para as pessoas envolvidas na realização de programas. Diante deste quadro, o foco aqui recai tanto na análise da relação dita cafetinagem, quanto nas formas de escrita antropológica que podem ser efetivadas acerca de uma relação que é criminalizada. Partindo de trabalho realizado no mestrado junto a cafetinas, que eram também *mães* para travestis, o argumento aqui segue a demanda de profissionais do sexo pela descriminalização de casas e de seu agenciamento. Emergem então questões norteadoras deste trabalho: como a atenção e disposição antropológicas podem captar a relação de cafetinagem com suas nuances? Basta ouvir e reproduzir o que está sendo dito, basta a fala de uma ou algumas prostitutas? Pode-se ouvir as donas de casas de prostituição? Quais falas então devem ser selecionadas, mais que isso, como reproduzi-las diante de desigualdades de poder e de criminalização das interlocutoras? Como então esmiuçar com riqueza etnográfica uma temática que é por si só criminalizada?

¹ Trabalho apresentado ao V ENADIR realizado de 28 a 31 de agosto de 2017, no GT13 - *Pesquisas etnográficas em fronteiras difusas e contextos de (i)legalidades*, coordenado por Jania Perla Diógenes de Aquino (UFC) e Welliton Caixeta Maciel (UnB).

Esta parte inicial se debruça então na construção ficcional de uma única história acerca de uma possível dona de casa de prostituição, para incitar questionamentos quanto à abordagem e escrita antropológicas em contextos criminalizados. Com base no meu trabalho de mestrado (Patriarca, 2015) realizado em um específico bairro de prostituição, junto a travestis e casas de prostituição onde moram e trabalham. A elaboração narrativa a seguir pretende repensar relações de poder entre travestis que se prostituem e as que as agenciam, sinalizando a importância da abordagem antropológica na análise da cafetinagem e sua criminalização.

.....

Célia é uma travesti de cerca de 40 anos, que trabalhou desde os 15 como prostituta. Ela ainda possui alguns clientes, daqueles meio fixos, que foram ficando em sua vida, em um misto de carinho e ajuda mútua. É curioso imaginar como puderam acompanhar mutuamente a passagem dos anos modificando seus corpos – as peles deles enrugando e as próteses de Célia ainda rijas. Não só corpos mudaram, Célia agora possui uma casa de prostituição, onde moram e trabalham outras 5 travestis. Estes clientes a acompanham há cerca de 15 anos, desde pouco antes que ela começasse a montar sua casa, quando ela ainda percorria as ruas das cidades.

Com estes clientes, Célia eventualmente ainda realiza programas, o que gera inclusive comentários meio maliciosos das travestis mais novas. Seus risinhos envergonhados tem a ver com o fato de Célia já lhes parecer velha e enquanto tal, parece estranho pensar que ainda faça programas. As mais novas, mesmo sem muita prática, vão narrando suas histórias de forma que um programa e um cliente não representam só (ou de forma alguma) sexo. Não é também só dinheiro, pode ser que gozem, pode ser que gostem do cara e alguns tornam-se até clientes frequentes, namorados e maridos. Mesmo assim, quando Célia recebe um cliente, no mesmo quarto onde as mais novas recebem os seus, causa sorrisinhos a meia boca e bochechas rosadas. É uma reação que não costumo ver, mas que posso já ter visto quando Lisa me mostrou um cara com quem conversava no *Facebook*. Ela disse que era seu namorado, apesar de só tê-lo visto uma vez, há um ano. Quando me contou que nem transaram da vez que se viram, uma outra gritou *fez a santa, né amiga?* e sua pele branca avermelhou-se nas bochechas, no que Lisa voltou-se novamente para TV. Ela é noveleira assumida e eu sempre a via na frente da única tv da casa, na sala comum. Enquanto assistíamos ela costumava fazer as unhas ou acariciava um gato de estimação. Lhe perguntei se ela não trabalhava, mas era sempre de tarde quando a via e ela respondeu que só saía de noite pra trabalhar. Quando ainda

morava em sua cidade, no interior do Piauí, Lisa conta que tinha um emprego fixo de costureira, mas diz que cansada do calor e daquele emprego, saiu de lá e foi conhecendo outras travestis que lhe falaram da casa de Célia.

A casa de Célia fica numa rua afastada do centro da cidade e acaba sendo conhecida por ser uma das casas da cidade que abriga travestis. Betina é uma das outras moradoras, que veio do interior do Maranhão e ajuda Célia com a limpeza e com a cozinha para as demais. Ela é negra, com cerca de 23 anos e Célia costuma reclamar de sua preguiça, pois no trato que fizeram, Betina não precisa pagar o valor da diária da estadia, por em troca realizar as tarefas na casa. Betina também faz programas, para juntar dinheiro para si, embora me conte que tem um namorado que vai buscá-la muitas vezes de carro. Ao dizê-lo, parece que ela ostenta uma ideia de proteção e ter um namorado, com carro e que a busque, parece conferir prestígio perante as demais. Embora não falem comentários maliciosos das demais quanto a como pode ser uma perda de tempo, dinheiro e independência se dedicar a uma relação destas.

Mas Betina não liga de não estar ganhando com programas enquanto está com seu namorado e considera inveja das outras. Um dia na cozinha, me conta que os piores clientes que ela teve são negros, que por isso, nem entra mais no carro se aparecer algum negro. Tento lhe perguntar se não havia também brancos que seriam maus clientes, ao que ela responde que sim. *Mas tenho trauma de negro, sempre que tem cliente chato é negro e pergunto, chato por que?. Porque tipo assim, fica segurando a sua cabeça enquanto você tá lá no boquete. Poxa, eu sei fazer! Se é pra ficar me tocando, paga o valor de um programa!.* Aludia assim a negociações de programas diferentes, sendo que pagar o valor de um programa apontava para um tempo maior a ser dedicado, diferente de *só um boquete*.

Além do preparo diário da comida, Betina também ajuda Célia na limpeza da casa, que possui um puxadinho, no qual funciona um quarto, que serve somente para programas. A incumbência de Célia consiste em garantir os produtos para limpeza, os lençóis limpos e a segurança deste quarto, além do mesmo para o restante da casa. Neste quartinho, nada de luxo, não há TV, pra isso, *bastaria ir para um motel*, como ela argumenta. Célia conta que não se importa que *as meninas* façam programas em outros lugares, até porque, comenta que o quarto que montou é simples e que não daria se as 5 profissionais precisassem usar ao mesmo tempo.

Mas Célia também enfatiza que elas devem tomar muito cuidado com os clientes, quando vão para outro lugar com eles. Em sua casa ela pode garantir mais segurança. Se algo ocorre no quarto, que não é ligado diretamente na casa, todas podem se juntar. Quando a

profissional do sexo está no quarto, se ela gritar, as outras ficam alertas. Embora conte que na grande maioria das vezes neste quarto, ouvem-se gritos é porque o cliente não quer pagar ou quer pagar menos, *bicha podre, essas mariconas são tudo bicha podre!*

Separar esse quarto para o programa, do resto dos outros dois quartos da casa é tanto uma medida de segurança, quanto marca de seu empreendimento. Célia tem um ímpeto de administradora e comenta que pensa fazer outros quartos, tanto pra abrigar mais profissionais, como para locá-los para programas. Mas não é fácil juntar dinheiro. Isto porque seu rendimento depende do que as travestis repassarem para ela, tanto do valor do aluguel do quarto para programa, quanto do valor diário que pagam pela moradia, alimentação e segurança na casa.

Tudo misturado na mesma casa, não se sabe muito bem quando estão trabalhando e quando estão descansando, embora elas destinem períodos precisos aos quais se dedicam a realizar programas, dependendo de quanto falta juntar para pagar a diária na casa. Além dos horários distintos, havendo quem trabalhe de tarde, considerado de mais risco por conta das frequentes gozações e violências que sofrem nas ruas da cidade, há aquelas que só saem de noite. Gracy faz ponto em um posto de gasolina, numa rodovia próxima da cidade, todas as noites. Célia brinca *ela trabalha no posto, a gente diz que ela é o frentista*. Com seu riso largo e costumeira expressão debochada, Gracy não parece se irritar, já passou por muitas experiências. Também tendo deixado sua família no Maranhão, Gracy é a mais velha na casa, com seus 32 anos e tendo vivido 3 na Europa. Especificamente na Itália, contando que lá, *se você for pega com 5 camisinhas, vai pra cadeia, mas se forem 3 tudo bem, é só sexo*. Lhe pergunto qual a lógica disso, se havia alguma lei e ela responde: *isso é pra gente né, que tá lá, eles sabem*. Sabem e reconhecem travestis brasileiras, logo as associam a prostitutas e assim as levam para delegacias, o que aconteceu com Gracy justamente por estar realizando programas nas ruas.

De qualquer forma, ela fala muito bem dos italianos, diz que *é outro mundo, eles respeitam muito mais, sem comparação*. Kelly que também mora na casa e escuta nossa conversa também concorda. Kelly possui mais plásticas, tendo ajeitado seu nariz, *mas ainda quero melhor*. Já Gracy não aparentava tanta preocupação com sua estética, vestindo-se e maquiando-se de maneira menos rebuscada. Kelly, dez anos mais nova, também negra, morou em Portugal por cerca de 3 anos, cuidando de um apartamento no qual realizava programas. Ela também conta que há mais aceitação, *assim pra essas coisas de transexualidade*. Contudo, sua volta para o Brasil deu-se por conta da *saudade da família e das coisas do*

Brasil, sendo que ela frequentemente voltava para casa de seus pais de origem. Gracy também voltou por saudade e porque queria voltar a ver sua família na sua cidade natal, depois de estar com o corpo desejado e de ter vivido fora. Mas seu semblante fica triste ao dizer, *não deu certo, não me aceitaram e nunca mais voltei*.

Gracy só trabalha de noite, vai e volta para o ponto de gasolina ou de ônibus ou de carona com algum amigo/cliente. Célia se assegura que as meninas saiam de casa para trabalhar, assim como que voltem para dormir. *Enquanto elas não chegam, eu fico na cama, que fica ali do lado do portão da frente, abrindo pra cada uma quando chega*. Por isso, Célia costuma estar exausta e diz querer alguém para lhe ajudar *a cuidar das meninas*, que mesmo sendo poucas, *dão muito trabalho*.

Por vezes até me esqueço que Célia é dona da casa e lucra com isso, porque suas falas e parte de suas atitudes vão no sentido do cuidado com as demais. Ela conta que sua casa começou porque *as bicha da cidade vinham bater na minha porta. Elas sabiam que eu era travesti e se ficassem em um abrigo, obrigavam elas a usar roupa de menino*. Assim conta que foi abrigando as travestis nos quartos da casa que possui hoje e que foi comprada com seu dinheiro, conquistado pelos anos de trabalho na prostituição. Foi o que conseguiu juntar, que não foi subornado pelos policiais. Mesmo quando ela não estava disposta e disponível para um programa, havia policiais que a abordavam no meio da rua. Porém, por serem conhecidos, até de um ou outro programa, suas batidas costumavam agredí-la com seus olhares e xingamentos, até que ela passasse algum dinheiro.

Daisy, com seus 19 anos, negra, que trabalha hoje para Célia, não encontra uma situação melhorada diante dos policiais. Daisy me contou que saiu da cidade onde trabalhava, depois de um surto de um dos policiais que costumava buscá-la para programas quando não estava fardado. Um dia ele foi encontrá-la *muito chapado de pó* e lhe pressionou com uma arma apontada, exigindo que ela o penetrasse. Mesmo experiente na prostituição, realizando programas desde os 13 anos, Daisy disse que nessas situações é muito difícil, *tem que pensar em muitas coisas pra ver se consegue fazer né, mas com a arma apontada, como faz pra ficar excitado?*. Algumas travestis também contam usar viagra, pois os hormônios femininos reduzem seu potencial.

Nesta casa de Célia, pelos seus anos trabalhando na prostituição, acaba sendo conhecida por alguns chefes de polícia, mas sempre que trocam os agentes, ela tem que fazer uma mesma conversa. De alguma forma, por conta deste contato ela consegue manter sua casa e as demais em segurança, mas não há garantias de retaliações contra clientes. Se houver um

envolvimento de policiais mais afetivo com uma das travestis de sua casa, às vezes conseguem movimentar alguma cobrança de contas com um cliente - como no caso daquele que disparou um tiro na mão de Glória - *é verdade, ela foi roubar a carteira dele, mas não precisava do tiro.*

Nesse caso, pela articulação de Célia, Glória foi levada para o hospital e teve sua mão reconstituída. Contudo, Célia lamenta estes casos de roubo e institui uma política na casa contrária a esse tipo de tumulto, bem como contra brigas entre as meninas. Há uma multa que é paga caso briguem, que dobra de valor se continuam a brigar. Apartar uma briga, pode envolver entrar nela, assim como Célia um dia me conta que muito nervosa, *caiu pra cima das bicha, de pau de vassora e tudo.*

Uma vez que é Célia quem administra o dinheiro das travestis, tanto recolhendo o dinheiro das diárias, quanto das multas, as meninas não possuem muito controle de suas finanças. Célia centraliza o dinheiro, inclusive aquele que juntam para colocar silicone ou comprar uma roupa. O contato de bombadeiras, de médicos que fazem cirurgias é Célia que possui e repassa para as meninas. É por esses motivos e por essas funções que também a chamam de *mãe*. Nem todas estabelecem uma relação afetiva e íntima a ponto de chamá-la dessa forma. Uma vez, Kelly se referiu a ela como *cafetina* na minha frente, ao comentar que ainda lhe devia um dinheiro. Célia então logo gritou *alguém te maltrata na tua casa? Não né? Então, é a dona da casa onde eu moro, a dona lá de casa, não cafetina!*

Célia diz isso, porque trabalhou em outras casas e em ruas, lidando com caprichos de outras cafetinas e donas de pontos de prostituição. Por vezes, a relação era bem profissional, mas em outras, as cobranças emocionais e laborais eram excessivas e pareciam não fazer sentido. Segundo ela, *tem muita bicha invejosa*. Como ela possui o corpo ainda bem moldado pelas curvas de silicone industrial no peito e na bunda, me propõe imaginar como seria anos antes. Pele negra, conta que fazia sucesso anos atrás, com seus cabelos alisados e mechas loiras. Hoje, o corte mais curto serve pra facilitar seu trabalho, na lida com tarefas mais braçais de limpeza e manutenção da casa.

.....

A construção narrativa da casa de Célia pretende vislumbrar as trocas vivenciadas na prostituição, que envolvem as dimensões econômico-afetiva-sexuais de maneira imbricada. Esse embaralhamento se dá com clientes e na relação de agenciamento, com donas e donos de casas de prostituição. Elaborei tal ficção acerca de uma possível dona de casa de prostituição

chamada Célia, a partir de relatos das muitas travestis que circulavam pelo Jardim Itatinga, com experiências em casas de prostituição neste bairro e Brasil afora.

O Jardim Itatinga possui uma especificidade pela centralidade das trocas na prostituição que o conformam, representando uma relativa estabilidade e segurança, devido à especificidade histórica (Mazzariol, 1976) e urbanística (Ramos, 2015) que fazem dele um local conhecido e buscado para a prática da prostituição. O bairro é entrecortado por rodovias e composto de diversos arranjos de casas de prostituição, num total de cerca de 200 estabelecimentos. Desta forma, constitui um contexto privilegiado para pensar as condições nas quais se realizam os programas na prostituição, envolvendo inúmeros aspectos que extrapolam o momento específico do intercâmbio com clientes. Nesse sentido, no bairro também há uma sede da Associação Mulheres Guerreiras, organização política que luta por respeito e melhores condições de trabalho para profissionais do sexo de Campinas e região, militando também pela descriminalização do suporte (casas e agenciadoras/es).

Posto isso, o questionamento que me movia era conseguir captar esta configuração particular, dialogando com a bibliografia sobre prostituição no bairro e respeitando e visibilizando a militância das profissionais do sexo. O foco consistia em mergulhar nas relações com donas de casas de prostituição, pelo fato de serem centrais no bairro Jardim Itatinga, no qual fui consolidando minha presença enquanto antropóloga. O objetivo inicial pretendia abarcar um conjunto de casas diversas do bairro, focando na relação especificamente entre mulheres na prostituição deslocando assim a costumeira atenção bibliográfica na relação mulher-prostituta X homem-cliente. Por um lado, pretendia tensionar noções de gênero e sexualidade, de forma a não cristalizar relações de poder desiguais somente entre homens e mulheres. E por outro, também pretendia investigar melhor quais desigualdades e possíveis relações opressivas são produzidas (se são) nessa relação tida como cafetinagem.

Afinal, a forma negociada foi realizar aulas de inglês, que demandadas para que *se preparassem melhor para receber os gringos para a Copa de Futebol Mundial de 2014*. Passei então a compartilhar tardes com as travestis do bairro, circulando sobretudo no único grande pensionato onde moravam no bairro, criando uma relação com sua dona. Realizei então idas semanais ao Jardim Itatinga durante 2013 e 2014 que foram apontando para abordar as relações de poder na prostituição por parte especificamente das travestis. Fui ouvindo histórias de casas de prostituição nas quais moravam/trabalhavam e relações com *mães* travestis.

Ao invés de fugir da associação carregada de estigma negativo entre travestis e prostituição, meu interesse consiste justamente em me embrenhar nas relações que as travestis travam na prostituição, de forma a complexificar e transparecer a fluidez tanto de suas vivências de gênero e sexualidade, quanto de suas experiências nas trocas econômico-afetivas-sexuais, entendidas sob a noção de prostituição.

Contudo, eu não poderia trazer as falas e histórias da forma como me contaram, pois situaria demais minhas interlocutoras. No caso das travestis que circulam pelo bairro e realizam intenso trânsito por outras casas e lugares, talvez não fosse tão problemático trazer suas histórias. Mas o problema começou a tomar forma ao considerar entrevistas que eu possuía com donas de casas de prostituição com as quais tive contato dentro do bairro. Embora sejam muitas as donas e casas do bairro, esmiuçar as relações que estabelecem, pontuando as diferenças entre elas, bem como da localização específica de suas casas pareceu arriscado demais. Sobretudo no caso das casas de travestis, que são menos numerosas no Jardim Itatinga, mais ainda, do meu reconhecido contato com uma dona em específico.

Ao longo do meu trabalho de mestrado tive contato com dez ditas cafetinas, que em geral, preferiam ser chamadas de donas de casas (de prostituição). Variações quanto às suas identidades de gênero e sexualidade que se conectavam com as diferentes relações que estabeleciam com as profissionais que trabalhavam para elas, refletiam arranjos diferentes nas conduções das casas. Utilizo o termo dona de casa de prostituição, pois foi o termo amplamente ouvido e é o que as próprias reivindicam para si. Assim como há inúmeras variações para se referir a uma profissional do sexo, existem também muitas formas de nomear casas de prostituição e suas donas. Para citar alguns: proxeneta, rufiã, casa de tolerância, lupanário, bordel, prostíbulo, casa da luz vermelho, casa de meretrício, randevu, casa da mãe joana. Talvez essa diversidade de termos remeta à situação de semilegalidade da prostituição, fazendo com que diferentes categorias sejam mobilizadas para dizer aquilo que não poderia ser dito.

Para tentar traçar diversas conformações de casas e de relações com suas donas, busquei vislumbrar especificidades encontradas que refletem e reproduzem marcadores sociais da diferença, entendendo marcações não somente pelas vivências de gênero e sexualidade, mas também por outros eixos, tais como região e geração. Lilia Schwarcz pontua que os marcadores sociais da diferença são categorias classificatórias, que refletem e reproduzem identidades. Sua eficácia depende da articulação destes marcadores e das construções situadas contextualmente (2015:8). Judith Butler também pontua:

...o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (2010:20)

Portanto, emerge a importância da análise situacional das relações de poder, que reflete e perpassa marcadores sociais da diferença. Contudo, se a descrição pontuasse os contornos e marcações de cada dona e sua casa eu poderia comprometer aquelas que lá estão. Como então dar conta da infinita variabilidade e ao mesmo tempo preservar as interlocutoras? Como reproduzir os casos, os perfis das donas, seus arranjos de casas – que variam de acordo com a localidade dentro e fora do bairro Jardim Itatinga, bem como variam por estarem em ruas mais ou menos transitadas do bairro? Como refletir estas marcações de diferenças de forma situada e ao mesmo tempo sem comprometer estas donas e suas casas? Como trazer a riqueza etnográfica, que aponta para complexificações nas relações, quando se trata de uma temática que é por si só criminalizada?

Surgiu a sugestão de não especificar o bairro e de trazer os casos que conheci, partindo de uma cidade qualquer. Como exemplo, há o trabalho de Thiago Teixeira Sabatine (2013), que cria o nome de uma cidade, Chamosa, preservando suas interlocutoras e adentrando nas relações analisadas. Neste seu trabalho, há um pressuposto compartilhado aqui, acerca de não considerar a prostituição como algo ruim a priori e necessariamente associada a uma noção de sexualidade desregrada (2013:12), focando nos agenciamentos e apropriações que as travestis efetuam.

Contudo, pelo que já foi sugerido aqui, o Jardim Itatinga apresenta uma configuração específica de forma que não consegui abordá-lo como outro contexto qualquer. Pontuar as práticas e trocas travadas no bairro emerge também como forma de contribuir e dialogar com uma vasta produção sócio-antropológica que vem sendo produzida. Exemplos disto são o livro *Prostituição e outras formas de amor* (2014), em parte resultado de um GT na 28 Reunião Brasileira de Antropologia de 2012 e um Dossiê organizado por José Miguel Nieto Olivar e publicado na Revista *Ártemis* (vol. XVIII, n1, 2014)², cujos artigos vislumbram interessantes desdobramentos dos estudos da/na prostituição, em contextos particulares. José Miguel Nieto Olivar trabalha com uma zona fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, atento para jovens nos mercados do sexo; Silvana Souza Nascimento volta-se para as experiências trans nas *bordas das regiões metropolitanas* da Paraíba; e Laura Murray, no contexto do Rio

² Que pode ser acessado online: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/issue/view/1539>.

de Janeiro, retrata os violentos impactos da atuação policial contra prostitutas.

Portanto, na tentativa de diálogo com esta efervescente produção, demarcar o Jardim Itatinga resulta também em um investimento político. Olivar afirma:

o campo político da prostituição no Brasil, e em muitos outros países do mundo, é bastante intenso e disputado. Quando um ou uma pesquisadora entra no campo, mesmo sem fazê-lo consciente, começa a fazer parte do conflito. Na escolha das fontes, das histórias, dos ângulos para a câmera ou das palavras do título ou da manchete, nos vinculamos a uma força, nos opomos a outra, desconhecemos aquela ou alimentamos essa. Em contextos de guerra como esse, tão cheios de paixões e sutilezas, a neutralidade é uma fabricação complexa e arriscada demais, pois requer a desconstrução total do confronto, e em alguns casos, a total marginalização com relação às realidades em jogo. Importante é então para quem – jornalista, antropólogo, psicólogo ou legislador – se aproxima saber-se num campo de batalha, saber as posições e, fundamentalmente, construir a sua própria. Rapidamente eu desisti da opção pela neutralidade (2010:29)

Nesse sentido, comecei a participar de inúmeros debates feministas sobre prostituição, o que foi me colocando de forma a ser sempre *a favor da regulamentação*. No caso das disputas feministas no âmbito da prostituição, a luta advinda de organizações de profissionais do sexo vem sofrendo acirrado ataque por parte de feministas que se dizem abolicionistas, ou seja, querem abolir a prostituição. Para esses discursos, não se pode sequer falar em prostituição, quanto menos da relação de cafetinagem. O trabalho de mestrado de Lauren Zeytounlian traz uma análise detida de duas criações fílmicas, justamente pelos seus efeitos nos debates e nas políticas públicas que envolvem temas como prostituição de jovens e exploração sexual. *Realidades ficcionadas e ficções realizadas: a construção social da realidade de 'meninas' brasileiras no mercado do sexo* (2014) é um trabalho de fôlego que contempla aspectos da produção fílmica de *Anjos do Sol* (2006) e *Sonhos Roubados* (2010), discutindo suas pretensões e criações de realidade. Dessa forma, a dimensão ficcional, ao mesmo tempo que cria algo, também tensiona o que é verdadeiro, aludindo ao fato de que as verdades são múltiplas e fabricadas. A meu ver, as análises antropológicas são esforços no sentido de compreender estas múltiplas relações.

Sigo então perguntando como realizar uma escrita que consiga respeitar, refletir e ao mesmo tempo não criminalizar as donas de casas de prostituição. Ciméa Bevilacqua em um artigo sobre questões éticas da metodologia de pesquisa antropológica traduz esta inquietação:

O que está em jogo nesses contextos não é apenas o compromisso ético do antropólogo com os sujeitos de sua pesquisa, mas também, por via indireta, o próprio desenvolvimento teórico desse novo campo de estudos. (2003: 52).

Nesta colocação, coloca-se a preocupação com a produção teórica sobre donas de casas de prostituição, que não são concebidas *a priori* com potencial negativo. Tornam-se objetivo da análise justamente as relações de poder refeitas em campo. Trato então de uma

dificuldade de pesquisa ética-metodológica e também uma preocupação legal com relação a agenciadoras e casas de prostituição, que permanecem criminalizadas perante o Código Penal brasileiro. Visto que meu objetivo consistia em me aproximar de relações tidas como ilegais, justamente com a hipótese de que poderiam não ser tão perversas, como a criminalização no Código Penal sugere. Mais do que isso, meu contato se deu com profissionais do sexo que militam pela descriminalização das donas e suas casas de prostituição.

Busquei então inspiração em etnografias que trabalham com noções de crime, tais como Biondi, 2010 e Marques 2009. Adalton Marques afirma que borra lugares, datas e nomes, ao estudar crime e *proceder* nas relações entre ladrões, que poderiam ser implicados legalmente pelos elementos trabalhados pelo antropólogo. No caso das donas de casas de prostituição, sua rastreabilidade se daria por estarem situadas no Jardim Itatinga, de forma que somente a troca dos nomes não seria suficiente para preservá-las. Embora haja um entendimento legal mais flexibilizado e não seja frequente que sejam de fato presas, até por conta de inúmeras histórias de acertos com a polícia.

Diferentes tipos de estabelecimentos, tendo lucro com o aluguel dos quartos e com bebidas, aludem aos tipos de *pontos fechados* analisados por Thaddeus Blanchette e Ana Paula da Silva (2009) no Rio de Janeiro. Considero um trabalho fundamental, que em um primeiro momento argumenta em favor da ideia de trabalho sexual, ressaltando a dimensão econômica deste, para depois levantar taxas de exploração, de acordo com quanto dinheiro é mobilizado da profissional. Blanchette e Silva identificaram tipos diversos de organizações, havendo serviços de call girl, termas, casas de massagem, privês e casas propriamente. Estes diferentes arranjos surgem das categorizações êmicas, de como as profissionais se referiam aos locais, tendo em vista a duração do programa e o tipo de trabalho sexual realizado. Em uma análise detida de variados arranjos, a atenção volta-se para as condições nas quais o trabalho sexual é realizado.

Dos casos encontrados no Jardim Itatinga também identifiquei que sob o modelo genérico de *casas de prostituição* não havia relação rigidamente fixa entre profissional do sexo com a dona e a casa, apresentando um horário mais flexível e agenciado de trabalho (2009: 36). Blanchette e Silva também estipulam a necessidade de quatro requisitos para que a prostituição se realize: um lugar que possibilite o encontro com o cliente e a negociação do programa; um lugar para a realização do programa; um “apoio” de terceiros que assegurariam o pagamento do programa e representariam uma garantia em face da violência física que sofreriam e, por fim, insumos específicos para práticas sexuais – que abarcam roupas,

brinquedos eróticos, camisinhas (2009:23-24).

Dessa forma, complexificam-se as noções negativas deste agenciamento, destas figuras estigmatizadas das cafetinas e das casas. A triangulação sexo, dinheiro e poder foi também trabalhada por Viviana Zelizer (2009) ao analisar como atividades econômicas e relações de intimidade podem combinar-se. A autora concebe que dinheiro não corrompe a intimidade e que sexo também não é uma mercadoria como qualquer outra. Utilizando um instrumental analítico que denomina de “boas combinações”, Zelizer atenta para como as pessoas negociam nas relações. Atenta para como atividade econômica e intimidade se intersectam a todo tempo, o que não quer dizer que a relação é sempre igualitária e justa, mas que boas combinações entre relações íntimas e transações econômicas são viáveis (p. 142).

Cabe então analisar elementos que merecem atenção numa relação com uma dona de casa de prostituição, cotejando diversos arranjos de marcadores sociais da diferença quanto às donas e às profissionais do sexo que configuram diversamente como se dão relações de afeto, sexuais e/ou econômicas. Para adentrar nessa relação, há algumas perguntas de fundo como: como se dá o salário, arranjo de trabalho, quais funções cabem a quem? Quanto e como é passado para dona? A dona retém o dinheiro e depois repassa? Há regras e multas? Como começaram suas casas? Como as profissionais começam a trabalhar em suas casas de prostituição?

Estas perguntas deslocam então a costumeira atenção que se dá somente à relação profissional do sexo – cliente, para então considerar uma triangulação envolvendo também mercados do sexo. A relevância econômica da prática da prostituição no Jardim Itatinga, é tão central que foi interrompida em outubro de 2013, por meio de um caso de violência policial. Por um final de semana inteiro, o bairro ficou sitiado pela polícia militar, tendo retomado as atividades só quando uma inventiva intervenção de suas moradoras e trabalhadoras parou o trânsito de uma das grandes rodovias que o percortam³. Desse episódio, infelizmente comum para quem vivencia a prostituição (Murray, 2014), desponta a relevância de estabelecimentos e de outras pessoas que agenciam esta atividade.

Agenciadoras/es e casas - embora estas últimas tenham tido uma relativa flexibilização de acordo com o entendimento de algumas/ns operadoras/es do direito - permanecem crime diante do Código Penal brasileiro, conquanto *profissional do sexo* seja reconhecida como uma categoria na Classificação Brasileira de Ocupações, desde 2002. Este reconhecimento na CBO foi fruto das reivindicações de organizações de prostitutas, que costumam também pautar pela

³ Ver também Tavares, 2014 e Zanzotti, 2015.

descriminalização deste suporte – casas e suas donas/donos -, justamente por considerá-lo essencial ao exercício das trocas na prostituição.

A necessidade de repensar a criminalização de agenciadoras/es e estabelecimentos no Código Penal brasileiro, já teve alguns projetos de lei apresentados⁴. O mais recente é o PL 4211/2012, denominado Gabriela Leite, justamente como homenagem e fruto do diálogo com sua militância. Proposto pelo deputado Jean Wyllys do PSOL, o projeto pretende modificar os artigos referentes a *favorecimento, casa e rufianismo* (artigos 228, 229, 230, 231). Uma nova tentativa deste PL visa delimitar uma tensa, complexa e disputada fronteira quanto ao que se poderia tipificar como prostituição e o que se criminalizaria como exploração sexual:

A exploração sexual se conceitua (1) pela apropriação total ou maior que 50% do rendimento da atividade sexual por terceiro(s); (2) pelo não pagamento do serviço sexual prestado voluntariamente; ou (3) por forçar alguém a se prostituir mediante grave ameaça ou violência. Neste sentido, a exploração sexual é crime e se tipifica independente da maioridade ou da capacidade civil da vítima. (Justificativa do PL 4211 – BRASIL, 2012, p.4)

Mais do que uma mera troca de palavras na lei, o projeto representa outro entendimento da prática da prostituição, defendida enquanto trabalho, portanto, tendo que ser melhor regulamentada para reduzir os riscos nesta atividade. Defendido também como forma de “*acabar com uma hipocrisia que priva pessoas de direitos elementares, a exemplo das questões previdenciárias e do acesso à Justiça para garantir o recebimento do pagamento*” (Ibid: 3), o projeto prevê também aposentadoria especial de 25 anos e a organização das profissionais como trabalhadoras autônomas ou em cooperativas.

Outro ponto deste projeto visa especificar o lucro máximo que pode ficar com agenciadoras/es, não mais que 50%, o que descriminalizaria boa parte dos negócios na prostituição. No caso do Jardim Itatinga, em todos os arranjos com os quais tive contato, havia somente uma taxa a ser paga para o estabelecimento pela locação dos quartos – dentre R\$10 e 15 reais por 30 minutos. Este valor ficava a cargo da profissional do sexo, que negociava o valor de seu programa com o cliente da forma que preferisse e dentre as travestis

⁴ Sobre outros dois projetos que já tramitaram em prol do reconhecimento de profissionais do sexo, ver FONSECA & PASINI (1998) sobre o PL 3436/1997 apresentado pelo deputado Wigberto Tartuce e RODRIGUES (2009) sobre o PL 98/2003 apresentado pelo então deputado Fernando Gabeira. No momento de escrita deste artigo também tramita o PL 377/2011 de João Campos, visando criminalizar os clientes. Este movimento inspira-se no modelo sueco, que já suscitou mudanças recentes nas legislações da França e dos Estados Unidos. Todavia, há produções etnográficas que vêm apontando para problemas ao criminalizar os clientes, pois colocaria ainda mais na ilegalidade a prática das profissionais do sexo, sujeitando-as a mais situações violentas. Nesse sentido, Elizabeth Bernstein, que analisa a demanda dos clientes e seus desejos por programas, afirma que criminalizá-los ofusca questões como *a pobreza pós-industrial e a gentrificação* (2008:353) ligadas às profissionais que se prostituem nas ruas.

que conheci o preço variava entre R\$ 30,00 – 50,00 por esta meia hora. A recusa a este PL 4211/2012 é intensa, por parte de argumentos conservadores e de feministas abolicionistas, mas julgo necessária sua discussão, sobretudo porque incita discussões sobre condições e melhorias para todas aquelas que estão na atividade da prostituição e porque traz a discussão acerca da criminalização das práticas no entorno da prostituição.

Portanto, meu esforço etnográfico foi no sentido de contemplar essa criminalização, borrando a fronteira entre a cafetina má e a dona de casa de prostituição que cuida. Por este motivo, Célia apareceu como uma dona de uma casa de prostituição, que combina moradia e quartos para locação de programas, tensionando a ideia de ficção e realidade e argumentando que esse modelo pode corresponder a um ponto seguro para travestis enquanto profissionais do sexo.

Referências Bibliográficas

AGUSTÍN, Laura M. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. In: *Cadernos Pagu* (25), 2005.

_____. *Sex at the Margins: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry*. London & New York: Zed Books, 2007.

BENEDETTI, Marcos. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond-Universitária, 2005.

BERNSTEIN, Elizabeth, *Temporarily Yours. Intimacy, Authenticity and the Commerce of Sex*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

_____. “O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do Sexo”. *Cadernos Pagu* n.31. Campinas July/Dec, 2008.

BEVILAQUA, Ciméa. Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas. *Revista Campos*, v.3, 2003.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory e **SILVA**, Ana Paula. “*Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano*”. Paper apresentado no Diálogo Latino-Americano sobre Sexualidade e Geopolítica, 2009.

FONSECA, Cláudia. “A morte de um gigolô: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais”. In: A. Piscitelli, M.F. Gregori e S. Carrara (org.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. e **PASINI**, Elisiane. “A mulher prostituta: um caso limite de cidadania”. 1998.

GARCIA, Loreley e **NASCIMENTO**, Silvana de Souza. *Primas: retratos da prostituição feminina na Paraíba*. Editora UFPB: 2016.

GARCIA, Loreley e José Miguel Nieto Olivar. ‘Usar o corpo’: economias sexuais de mulheres jovens do litoral ao sertão do Nordeste brasileiro. *Revista de Antropologia*, n.60, 2017.

MAZZARIOL, Regina Maria. *Mal necessário: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas*. Dissertação de mestrado (UNICAMP), 1976.

MORAES, Aparecida Fonseca, **SILVA**, Hélio e **SIMÕES**, Soraya Silveira. (Orgs.) *Prostituição e outras formas de amor*. Rio de Janeiro: UFF, 2014.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade, e gênero em produções acadêmicas recentes. In: *Cadernos Pagu* (42), 2014.

MURRAY, Laura. Entre “fazer direito” e “direitinho”: Gestão de vítimas e as políticas de proteção. *Revista Ártemis*, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014.

- NASCIMENTO**, Silvana de Souza. “Corpo-afeto, corpo-violência: experiências na prostituição de estrada na Paraíba”. Revista *Ártemis*, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014.
- OLIVAR**, José Miguel Nieto. *Devir Puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- _____. e **SKACKAUSKAS**, Andreia. “Prostitutas, feministas e direitos sexuais – diálogos possíveis ou impossíveis?” In: Revista *Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos* - 23 a 26 de agosto de 2010.
- PASINI**, Elisiane. *Corpos em evidência, pontos em ruas, mundos em pontos: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo*. 2000.
- _____. *Prostituição e a liberdade do corpo*. CLAM, 2005.
- PATRIARCA**, Letizia. *As corajosas: etnografando experiências travestis na prostituição*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social (USP), 2015.
- _____. *Pelo bairro: um exercício descritivo da prostituição de travestis no Jardim Itatinga*. Revista *PontoUrbe*, n.20, 2017.
- PAZZINI**, Domila do Prado. *Mercado dos Prazeres: notas de uma etnografia multisituada em espaços de prostituição no interior de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia (UFSCar), 2015.
- PELÚCIO**, Larissa. “Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti” *Cadernos Pagu (25)*. Unicamp, julho-dezembro, 2005.
- PERLONGHER**, Néstor. *O negócio do michê – a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PISCITELLI**, Adriana. (Org.). *Cadernos Pagu (25)*, Mercado do sexo. Unicamp, 2005.
- _____. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. In: *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2; 2008.
- _____. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- RAMOS**, Diana Helene. *PRETA, POBRE E PUTA: a segregação urbana da prostituição em Campinas-Jardim Itatinga*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano (UFRJ), 2015.
- RODRIGUES**, Marlene Teixeira. “A prostituição no Brasil Contemporâneo: Um trabalho como outro qualquer?” In: Revista *Katál*. Florianópolis, v.12, n.1, 2009.
- SANDER**, Vanessa Serra e Meira. *Entre manuais e truques: uma etnografia das redes do trabalho sexual entre travestis em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social (UNICAMP), 2015.
- SILVA**, Hélio. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ISER, 1993.
- _____. *Travestis – entre o espelho e a rua*. São Paulo, Rocco, 2007.
- SKACKAUSKAS**, Andreia. *Prostituição, gênero e direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada*. Tese, UNICAMP, 2014.
- TAVARES**, Aline Godois de Castro. *A organização da Zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas –SP*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social (UNICAMP), 2014.
- TEDESCO**, Leticia da Luz. “Vender sexo é legal? Relações de trabalho entre agenciadores e profissionais do sexo no mercado sexual brasileiro”.
- _____. *Explorando o negócio do sexo: uma etnografia sobre as relações afetivas e comerciais entre prostitutas e agenciadores em Porto Alegre*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social (UFRGS) 2008.
- ZANZOTTI**, Maria Isabel. *Nas margens do corpo, da cidade e do estado: educação, saúde e violência contra travestis*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social (USP), 2015.
- ZELIZER**, Viviana. *Dinheiro, poder e sexo*, Cad. Pagu n.32 Campinas Jan./June 2009.
- ZEYTOUNLIAN**, Lauren. *Realidades ficcionadas e ficções realizadas: a construção social da realidade de ‘meninas’ brasileiras no mercado do sexo*. Dissertação de Mestrado em (UNIFESP), 2014.